



Índice

- 01** [Olinda recebe tribo indígena nas comemorações do Dia do Índio](#)
- 02** [Indígenas fazem apresentações na Semana do Índio em Cuiabá](#)
- 03** [Dia do Índio é comemorado com exposição fotográfica](#)
- 04** [Índios comemoram seu dia no cinema](#)
- 05** [Maus lençóis](#)
- 06** [Direitos Humanos do Senado debate situação de terras indígenas no país](#)
- 07** [Especial Demarcação: MPF intensifica mobilização nacional em defesa das terras indígenas](#)
- 08** [Bancada ruralista pressiona para tirar poderes da Funai](#)
- 09** [Comissão aprova relatório para amenizar conflitos com kaiowás](#)
- 10** [Comitiva de deputados federais visita Raposa Serra do Sol em Roraima](#)
- 11** [Cantora indígena faz show nesta sexta-feira no Centro de Manaus](#)
- 12** [Em Dourados, 1.500 famílias indígenas vivem em barracos](#)
- 13** [Câmara encerra sessão após índios ocuparem plenário](#)
- 14** [Após 12 dias na UTI, bebê indígena submetido a ritual apresenta melhora](#)

Olinda recebe tribo indígena nas comemorações do Dia do Índio

SÍTIO VERMELHO, 16.04.2013



Índios da tribo Fulni-ô se apresentam em Olinda com apoio do Ateliê Mutirão Cultural.
Foto: Divulgação

O espetáculo reúne músicas e danças tradicionais da tribo, fruto da mistura cultural dos índios e africanos quilombola. A iniciativa visa contribuir para preservação e interação da cultura indígena com outras culturas, além de angariar recursos e subsídios para a tribo, já que os índios também sofrem com a seca na região.

Entre as apresentações já confirmadas, tem um cortejo pelas ruas do Sítio Histórico que acontece na sexta-feira (19/04), com concentração e apresentação a partir das 17h, no Alto da Sé. No sábado, às 18h, tem Cineclube Jardim, Toré e bate-papo com índio Boró. Na terça (23), é a vez das escolas municipais prestigiarem o espetáculo, que será feito exclusivamente para os estudantes, às 9h, na Secretaria do Meio Ambiente.

Na programação, o espetáculo exhibe danças como o Toré, a Cafurna e o Coco de Roda, que são inspiradas em vários animais e aves. Entre os instrumentos musicais estão o Maracá, Zabumba, Caixa, Conga, Flauta e Pandeiro. Nas manifestações musicais, o grupo também faz toda a pintura corporal tradicional, com pigmentos naturais.

A agenda do grupo está aberta para apresentações em outras instituições até o dia 27 de abril. Os interessados em agendar apresentações ou fazer doações podem procurar a coordenação do Ateliê, que já está disponibilizando hospedagem ao grupo no OLINDAPART – Hospedagem Domiciliar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 062 / 2013

Brasília, 17 de abril de 2013.

Podem ser doados itens de alimentação, como arroz, feijão, açúcar, macarrão, carnes, ovos, leite, aveia, pão, manteiga, água mineral, fubá; material de higiene, como sabão em pó, papel higiênico, água sanitária, detergente, sabonetes, creme dental, desodorante. Todas as ações realizadas serão divulgadas no blog do Ateliê Ede Alves.

ATELIER MUTIRÃO DE CULTURA - tem como integrantes artistas que vivem e trabalham na cidade de Olinda - Sítio Histórico e arredores: Ede Alves, Milton Cosmus, Simone Simonek, Sandro Felix, Kate Queiroz, Ricardo Veríssimo, Michelle Martinez e Leonardo Soares. Recentemente recebeu o PRÊMIO ECONOMIA CRIATIVA - no Edital de Fomento a Iniciativas Empreendedoras e Inovadoras - Categoria Modelo de Gestão, pela Secretaria de Economia Criativa /MINC -Ministério da Cultura, em 2012. Foram 150 iniciativas premiadas no Brasil e 10 em Pernambuco, onde o Atelier foi pontuado no 48º lugar. O Espaço fomenta a cultura local com Ações socioculturais abertas a todos, com recursos próprios e de parceiros.

Indígenas fazem apresentações na Semana do Índio em Cuiabá

SÍTIO GLOBO.COM, 15.04.2013

*Danças e pintura corporal estão entre as atrações do evento.
Programação começou nesta segunda-feira (15).*



Índios de várias etnias vão participar de evento
(Foto: Reprodução / TVCA)

Apresentações artísticas, incluindo danças e brincadeiras indígenas, estão entre as atrações da Semana do Índio em Cuiabá. Os eventos começaram nesta segunda-feira (15) e vão até sexta-feira (19), das 8h até as 17h, no Museu de Pré-História de Cuiabá. Na programação estão inclusos apresentações artísticas, culinária típica, oficinas de pintura corporal, dança, artesanato, jogos e brincadeiras indígenas. A entrada custa R\$ 5 inteira e R\$ 2,50 meia, além da doação de 1 quilo de alimento não perecível.

O encontro pretende ampliar a discussão sobre a cultura indígena por conta do Dia do Índio. “Esse encontro vem no sentido de valorizar a nossa cultura. Nós percebemos que esse dia estava passando de forma singela”, explicou Susana Hirooka, coordenadora do evento. Durante a semana, várias etnias estarão presentes.

A semana também contará com um ciclo de palestras, com tema 'O que é ser índio' e será desenvolvido por várias etnias, já que cada uma tem sua própria cultura, língua e rituais. Conforme Hirooka, o encontro é voltado principalmente para o público estudantil. Entre os palestrantes estão Daniel Munduruku e um professor de física que vai mostrar as constelações a partir da concepção dos índios.

Na sexta-feira, em que se comemora o Dia do Índio e último dia do evento, será realizado um encerramento com uma pajelança, manifestação da cultura indígena e amostragem de comida típica do índio. O Museu de Pré-História Casa Dom Aquino fica na Avenida Beira Rio, em Cuiabá.



Dia do Índio é comemorado com exposição fotográfica

SÍTIO DIÁRIO DO LITORAL, 15.04.2013

A mostra estará no teatro Guarany, e reúne banners e painéis fotográficos abordando o cotidiano de povos indígenas

O Teatro Guarany abrigará de 19 de abril (dia do índio) a 5 de maio, a exposição 'Brasil indígena - Retratos de uma civilização', do fotógrafo Antonio Vargas. A mostra reúne banners e painéis fotográficos abordando o cotidiano de povos indígenas.

As imagens registram diversas atividades das tribos Terena, Pareci, Kaiapó, Matis, Way-Way, Guarany, Tembé, Yanomami e Kanela, retratando ritos sagrados, festas, danças e competições esportivas.

O fotógrafo Antonio Vargas tem em seu currículo trabalhos nas tvs Tupi, Globo e SBT. Também prestou serviços no jornal A Tribuna, Agência Folha, Editora Abril e prefeitura de Santos.

O Guarany fica na praça dos Andradas, 100 – Centro Histórico. A exposição tem entrada franca e pode ser vista de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h. As obras fazem parte do acervo da prefeitura, do Instituto Histórico e Geográfico de Santos e do próprio fotógrafo.



A exposição 'Brasil indígena - Retratos de uma civilização' estará no Teatro Guarany de 19 de abril (dia do índio) a 5 de maio (Foto: Matheus Tagé/DL)

Índios comemoram seu dia no cinema

SÍTIO PORTAL DA PROPAGANDA, 16.04.2013



Nesta quinta-feira, véspera do Dia do Índio, grupo da etnia Fulni-ô assiste sessão no Cinesystem do Shopping Total.

Com pinturas típicas, cocares, arcos e outros elementos de sua cultura, um grupo de dez índios da etnia Fulni-ô, de Pernambuco, vai ao cinema nesta quinta-feira (18), às 19h em Curitiba, no Cinesystem do Shopping Total. Após o filme, vão agradecer realizando cantos e danças tradicionais. Peças de seu artesanato também serão comercializadas no local, a partir das 17h. Programada para a véspera do Dia do Índio, a ação é realizada em parceria pela Organização Tekoá, que presta assistência aos indígenas, rede Cinesystem e Shopping Total. O objetivo é a divulgação cultura da etnia.

Esta será a segunda vez que este grupo de índios vai ao cinema. A primeira foi no ano passado, também no Cinesystem Total. Naquela ocasião, assistiram sessão de "Xingu", que conta a história da criação do Parque Nacional de mesmo nome. Este ano, escolheram um filme de ação.

Os índios, liderados por Towê-Fulni-ô, vivem em Águas Belas, interior de Pernambuco. Eles visitam Curitiba com frequência, há mais de dez anos, num intercâmbio que começou com feiras de artesanato que eram realizadas no Parque Barigui. Com apoio da Organização Tekoá, voltado ao trabalho voluntário de apoio a povos indígenas, eles estão na cidade realizando apresentações de dança em várias escolas, grupos de escoteiros e outros espaços da cidade. Também vendem seus artesanatos tradicionais.

Por meio de um contato feito pela organização indigenista com a Rede Cinesystem e o Shopping Total, surgiu a ideia de realizar uma nova sessão para os índios. O Cinesystem cedeu os ingressos. O Shopping destinará um espaço para a apresentação de dança e exposição e venda dos artesanatos. Em contato direto com o público, os índios vão comercializar produtos como colares, cocares, arcos, flechas, bordunas e enfeites.



Maus lençóis

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 16.04.2013

Havia um hábito, antigamente, de presentear os povos indígenas isolados, com lençóis usados em hospitais que faziam com que uma simples gripe matasse uma tribo inteira. Daí a expressão “estar em maus lençóis”.

E o que dizer dos índios guaranis-caiapós de hoje em dia, que assim como no Brasil de 1500, são expulsos de suas terras, em Mato Grosso do Sul, concedidas pela Funai como parte de território indígena? Como é possível, então, uma liminar mandando que todos eles saiam da tal fazenda até o dia 19 (Dia do Índio!), que faz parte de seu território concedido pela Funai há quinze anos. Como é possível a morte de um índio de quinze anos de idade pra mostrar que já começou a guerra, assim como a médica que teria deixado de lado os pobres hospitalizados por falta de tratamento para que morressem e deixassem mais vagas pra outros mais ricos.

O Brasil não muda, quer e continua absolutamente igual à época dos portugueses, fazendo mudanças mentirosas como as chamadas privatizações que são como plásticas e botox mal feitos nas bochechas das senhoras finas pra fingir que mudaram mas não enganam ninguém. Pobre, índio e negro muda pouco no Brasil. Dia 19 vai ser realmente uma super comemoração com 5.000 índios se unindo para a luta, mesmo que morram todos, percam terras, bichos, plantações, água, florestas, derrubando todas as árvores, como fizeram com aquela maravilhosa da Pompeu Loureiro que ainda agoniza por causa de opiniões diversas que chegam ao mesmo e único objetivo: dinheiro.

E como não posso me juntar aos índios nem ao MST, cultivo plantas e bichos aqui em casa. Até aquelas abelhas gigantes e negras eu não deixo ninguém chegar perto, nem dos gatos que vêm me pedir uma hospedagenzinha.

Meu companheiro fica danado por causa disso e resolvo ir com ele pra Petrópolis, onde temos uma cadela registrada no nosso nome, que zela pela casa, por nossos direitos como uma Funai absolutamente do bem.

Então resolvemos fazer uma pausa nessas TVs e jornais aterrorizantes, deixar a Coreia do Norte mandar os seus mísseis sem que a gente tenha que tomar conhecimento e ir beber chope no Horto onde se junta gente com cabeça de artista e não de assassino, e nos divertir em meio a um monte de cachorros, que apesar de todas as raças e cores, são muito mais civilizados que gente, pois apesar de estarem se vendo todos pela primeira vez, formaram imediatamente um grupo amigo que se beija e se abraça transformando-se numa tribo que se protege com os melhores humores que funcionam como ótimos lençóis.



Direitos Humanos do Senado debate situação de terras indígenas no país
SÍTIO SÉCULO, 16.04.2013

Evento corre em meio à intensificação das investidas da bancada ruralista do Congresso para modificar regras de demarcação

Na véspera do Dia Nacional do Índio, na próxima sexta-feira (19), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado se reunirá em audiência pública, às 8h30, para discutir a situação dos povos indígenas no país. No centro dos debates, estarão os conflitos nas demarcações de terra, uma política de proteção aos territórios indígenas e as dificuldades de trabalho dos funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A audiência é uma iniciativa da senadora Ana Rita Esgário (PT) e ocorre em meio à intensificação das investidas da bancada ruralista do Congresso Nacional para modificar as regras de demarcação do território indígena no país. Ao mesmo tempo, da mobilização Abril Indígena, evento que ocorre esta semana em Brasília, reunindo 600 representantes dos povos indígenas, com o objetivo de reforçar para a sociedade os direitos indígenas fundamentais e historicamente conquistados que estão sob grave ameaça.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), durante o governo Dilma Rousseff, apenas dez terras indígenas foram demarcadas no Brasil, sendo todas na região Norte – sete no Amazonas, duas no Pará e uma no Acre, áreas que hoje não envolvem os piores conflitos entre latifundiários invasores e comunidades indígenas. A quantidade é abaixo do esperado pelos povos indígenas e Ministério Público Federal (MPF), como ressalta a entidade.

Participam do encontro Cleber Buzatto, secretário-geral do Cimi; Déborah Duprat, subprocuradora-geral da República; José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça; Otoniel Guarani Kaiowá, representante da comunidade indígena Guarani-Kaiowá; deputado federal Padre Ton (PT-RO), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas; e Suzie Silva Vito, representante da comunidade Guarani aldeia Jaguapiru (Dourados-MS).

GT Povos Indígenas

Também para marcar o Dia do Índio, será lançado nesta quarta-feira (17), às 8h30, o Grupo de Trabalho – Em Defesa dos Povos Indígenas, em ato na frente do Congresso Nacional. O objetivo é destacar a luta dos povos indígenas pela terra, demarcação, qualidade de vida, resgate das tradições e inserção digna na sociedade.

A iniciativa é do coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA); do presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), deputado Penna (PV-SP) - coordenador do GT -, e das Fundações Verde Herbert Daniel e SOS Mata Atlântica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 062 / 2013

Brasília, 17 de abril de 2013.

Na ocasião, será apresentado o caderno especial da Revista de Debates Pensar Verde, que traz em seu conteúdo as atuais políticas indigenistas pela perspectiva dos índios, e ainda o relatório da visita ao território Guarani-Kaiowá. Além disso, será aberta a exposição de fotografias Séculos Indígenas no Brasil, de Franklin Azevedo Coe. Lideranças indígenas também participarão do lançamento, que será realizado em uma tenda, aberta ao público durante todo o dia.



Especial Demarcação: MPF intensifica mobilização nacional em defesa das terras indígenas

SÍTIO EXTRA ALAGOAS, 16.04.2013

Na primeira matéria da série, entenda o processo de regularização e os problemas sociais que sua demora ocasiona

O Ministério Público Federal (MPF), um dos órgãos responsáveis pela defesa dos direitos indígenas, aproveita o Dia do Índio (19 de abril) para intensificar uma discussão muito importante: a garantia das terras que os povos indígenas tradicionalmente ocupam. Nos próximos três dias, será publicada uma série de matérias sobre diversos aspectos que envolvem a demarcação: a falta de acesso a serviços públicos que a demora em demarcar ocasiona; as dificuldades que o processo enfrenta, como resistência de setores econômicos e batalhas judiciais; e a violência e o preconceito que vitima os indígenas em áreas que estão sendo regularizadas.

Problemas sociais - A demora do Estado para regularizar terras indígenas deixa tal parte da população vulnerável. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as terras que continuam sem regularização final, mesmo as registradas e declaradas, são mais expostas a invasões, ocupações, desmatamento e exploração ilegal de recursos naturais. A morosidade causa ainda outro tipo de violência: a social.

No Mato Grosso do Sul, por exemplo, milhares de indígenas de diversas etnias transformaram a beira de rodovias em moradia permanente, com todos os riscos inerentes a tal situação. Foi nesse contexto que ocorreu a morte de Sidney Cario de Souza, em 28 de junho de 2011. Ele foi atropelado por dois ônibus na BR-463, próximo ao acampamento em que vivia, a sete quilômetros de Dourados, no sul do estado. Sidney andava a pé pela estrada quando um primeiro ônibus o atingiu, jogando-o na pista. Um segundo ônibus, então, passou por cima de seu corpo, dilacerando-o.

Em novembro de 2007, o MPF chegou a assinar termo de ajustamento de conduta (TAC) com a Fundação Nacional do Índio (Funai), estabelecendo junho de 2009 como prazo para a publicação dos estudos antropológicos que definiriam quais são as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul. A partir de então, porém, iniciou-se uma batalha judicial para impedir os estudos e a posterior demarcação.

De acordo com o procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, os obstáculos são fundamentalmente jurídicos. "O processo de demarcação se dá em um cenário muito doloroso, e a falta de acesso aos serviços públicos, como saúde e educação, tem relação direta com essa situação. É um campo de concentração, só que em dimensões maiores", diz.

Em maio de 2012, o MPF constatou que, na aldeia Passo Piraju, a 25 quilômetros de Dourados, 189 indígenas guarani-kaiowá estavam sendo submetidos a procedimentos médicos ao ar livre.

CONT.



O 'posto de saúde' já havia sido nas sombras de um pé de maracujá e, na época, foi deslocado para debaixo de uma moita de taquara. A comunidade recebia a visita do agente de saúde a cada 15 dias, mesmo existindo pacientes que necessitavam de acompanhamento médico regular. Além disso, a aldeia não possuía energia elétrica, problema grave para a saúde de adultos e crianças em razão das dificuldades de armazenamento de alimentos. Inclusive, havia relatos de recorrentes casos de diarreia.

O MPF protocolou ação na Justiça Federal de Dourados pedindo a construção imediata de posto de saúde e a instalação de rede de energia elétrica por meio do programa Luz Para Todos. Contudo, a promoção dessa política pública aos índios esbarra na ausência de demarcação. Segundo o juiz responsável pelo caso, "o fato de a área ocupada pelos índios ainda não ter sido demarcada como território tradicionalmente ocupado por indígenas, se não impede, ao menos milita em desfavor das pretensões das pessoas que ali habitam, uma vez que a posse de parte do imóvel se vislumbra precária".

Os problemas de saúde não são exclusividade do Mato Grosso do Sul. A cena se repete em Santa Maria do Pará, cidade próxima à capital do estado, Belém. Lá, a população indígena Tembé das aldeias Jeju e Areal não é atendida pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Guamá/Tocantins. O motivo? Inexistência ou não conclusão de procedimento de demarcação do território que tradicionalmente ocupam.

Em 10 dezembro de 2012, como parte do Dia D da Saúde Indígena, o MPF entrou na Justiça Federal do Pará com ação civil pública contra a Secretaria de Saúde Indígena. Segundo o órgão, a Constituição determina o atendimento de saúde aos índios independente da regularização de seus territórios. "Se observa uma total deficiência do Estado na prestação de serviços públicos. Os índios muitas vezes estão totalmente desprovidos de qualquer apoio", avalia a procuradora da República Melina Alves Tostes.

No Sergipe, a comunidade indígena Xocó, residente na Ilha de São Pedro, é abastecida com água do Rio São Francisco, que está contaminado por esgotos lançados pelos municípios vizinhos. O caso também é alvo de ação civil pública movida pelo MPF no final do ano passado. A procuradora da República Lívia Nascimento Tinôco lembra que o acesso à água potável está inexoravelmente ligado ao conceito de dignidade humana.

Em Capivari do Sul, no Rio Grande do Sul, cerca de 13 famílias Guarani vivem em acampamento precário na beira da RS-040. Além de não terem condições mínimas de moradia, saúde, alimentação e saneamento básico, o acampamento encontra-se abaixo do nível da rodovia, motivo de alagamentos constantes e escoamento do lixo que se encontra na pista. Está em tramitação na Justiça ação do MPF que busca reverter tal situação.

A demora na demarcação também dificulta o acesso à educação. Um caso típico é o da comunidade Ypo'i, em Paranhos, no sul do Mato Grosso do Sul, que, em 2011, não podia usufruir de transporte escolar porque não tinha permissão de proprietário rural para se locomover dentro de uma fazenda. Um acordo assinado entre a Funai e a Prefeitura Municipal de Paranhos disponibilizava o transporte escolar da porteira da fazenda até as escolas, mas os estudantes guarani-kaioiwá não podiam percorrer o trecho entre a reserva legal da

CONT.



propriedade, onde estavam acampados, e a entrada principal. O MPF precisou intervir para garantir que aproximadamente 60 crianças voltassem a estudar.

Por que e como demarcar

Demarcar as terras que pertencem aos povos indígenas, no sentido do que estabelece a Constituição Federal (artigo 231), é o processo de regularização dessas áreas, que se realiza pelas seguintes etapas: identificação e delimitação, declaração dos limites, demarcação física, homologação e registro cartorial. Tal regularização compete à União e é a garantia legal de que determinada porção de terra é de uso exclusivo de determinado(s) grupo(s) indígena(s).

Todo o processo está previsto no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973) e no Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Diz, por exemplo, que a demarcação terá como base estudos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida — o antropólogo é um especialista em características socioculturais da humanidade, como costumes, crenças, comportamento, organização social, etc. Entre outras coisas, esse estudo reúne informações de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e fundiária necessárias à delimitação.

Esses estudos são necessários porque, para os índios, a terra não é apenas o meio de onde obtêm o necessário para sua sobrevivência, ela remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial. Assim, há necessidade de se conhecer as formas próprias de organização territorial de cada povo indígena para se reconhecer seu direito às terras que ocupam tradicionalmente.

Um bom exemplo dessa especificidade com relação ao território, segundo a antropóloga Dominique Gallois, é o grupo Zo'é, para quem mostra-se claramente inadequada a noção de "habitação permanente", no sentido de uma vida com habitação fixa e centrada em aldeias. Eles mesclam o período de cuidar das roças com deslocamentos para outras aldeias onde mantêm roças e com expedições para fins de caça, pesca e coleta. A agricultura e a roça demarcam o lugar dos Zo'é no mundo, mas este é um elemento que satisfaz apenas parcialmente suas necessidades. As atividades de caça, pesca e coleta exigem áreas de ocupação mais amplas que o perímetro da roça.

A ideia, muitas vezes difundida por aqueles contrários aos direitos indígenas, de que 'há muita terra para pouco índio' decorre justamente do desconhecimento das distintas lógicas espaciais dos povos indígenas, principalmente daqueles que vivem em áreas da floresta amazônica, bem como da ocultação da realidade fundiária da maior parte dos povos indígenas das demais regiões brasileiras, onde as dimensões das terras que lhes foram reconhecidas são, em não poucos casos, insuficientes para sua reprodução física e cultural.



Bancada ruralista pressiona para tirar poderes da Funai

SÍTIO AGORA MS, 15.04.2013

Deputados da bancada ruralista prometem apertar o cerco contra a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a atribuição do órgão de auxiliar na demarcação de terras indígenas no Brasil.

Entre as estratégias para pressionar o governo por mudanças, integrantes da Frente Parlamentar da Agricultura dizem já ter assinaturas suficientes – mais de 180 – para protocolar um pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a Funai, mas ainda não há definição sobre quando isso será feito.

Na semana passada o grupo contabilizou duas vitórias. Na primeira, conseguiu convocar a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para prestar esclarecimentos na Comissão de Agricultura da Casa sobre as questões indígenas. A data da ida da ministra ao Congresso deve ser definida ainda esta semana pelo presidente comissão, deputado Giacombo (PR-PR).

Os ruralistas conseguiram ainda, na última quarta-feira (10), o apoio que faltava para a criação de uma comissão especial para apreciar e dar parecer à PEC 215/2000 (Proposta de Emenda à Constituição) que inclui, nas competências exclusivas do Congresso Nacional, a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a titulação de terras quilombolas, a criação de unidades de conservação ambiental e a ratificação das demarcações de terras indígenas já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

A comissão foi criada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB-RN), em retribuição ao apoio que recebeu dos ruralistas para comandar a Casa.

“Nós estamos criando uma série de injustiças para aqueles que são proprietários de terras, independentemente do tamanho. O que nos preocupa é a falta de critérios e de uma condição de defesa dentro dos processos de homologação conduzidos pelos antropólogos [da Funai]”, diz o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) que integra a Frente Parlamentar da Agricultura.

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário) reagiu à criação da comissão. Em nota divulgada no site, o Cimi repudiou a decisão. “O ato do presidente da Câmara constitui-se em um atentado à memória dos deputados constituintes, ataca de forma vil e covarde os direitos que os povos indígenas conquistaram a custo de muito sangue e atende os interesses privados de uma minoria latifundiária historicamente privilegiada em nosso país”, diz o documento.

Procurada pela Agência Brasil, a Funai enviou nota classificando a PEC 215/00 como um retrocesso e uma ação contrária à efetivação dos direitos territoriais dos povos indígenas.

“A Funai acredita que tal medida, ao invés de contribuir para a redução dos conflitos fundiários decorrentes dos processos de demarcação de terras indígenas, ocasionará maior tensionamento nas relações entre particulares e povos indígenas, diante das inseguranças

CONT.



jurídicas e indefinições territoriais que irá acarretar”, alerta o documento.

Entre as preocupações da Funai está o fato de a PEC prever a criação de mais uma instância no procedimento administrativo de regularização fundiária de terras indígenas.

“Isso tornará mais complexo e moroso o processo de reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas – se não significar sua paralisação -, com graves consequências para a efetivação dos demais direitos destes povos, como, por exemplo, garantia de políticas de saúde e educação diferenciadas, promoção da cidadania e da sustentabilidade econômica, proteção aos recursos naturais, entre outros.”

Esta semana a bancada ruralista na Câmara deve se reunir com o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Joaquim Barbosa.

No encontro, os parlamentares vão pedir a conclusão do julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – que ainda depende da publicação do acórdão do julgamento e dos embargos declaratórios a respeito das 19 condicionantes impostas pela Corte, em 2009, para que a demarcação da área fosse mantida em terras contínuas.

Depois que isso for feito, a polêmica Portaria 303 da AGU (Advocacia-Geral da União) pode entrar em vigor. A norma proíbe a ampliação de áreas indígenas já demarcadas e a venda ou arrendamento de qualquer parte desses territórios, se isso significar a restrição do pleno usufruto e da posse direta da área pelas comunidades indígenas.

Ela também veda o garimpo, a mineração e o aproveitamento hídrico da terra pelos índios, além de impedir a cobrança, pela comunidade indígena, de qualquer taxa ou exigência para utilização de estradas, linhas de transmissão e outros equipamentos de serviço público que estejam dentro das áreas demarcadas.

As divergências da Frente Parlamentar da Agricultura em relação às atribuições da Funai também levaram o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a se comprometer a criar um grupo de trabalho para receber as manifestações dos deputados.

Em 30 dias, representantes da Secretaria de Assuntos Legislativos da pasta, da Funai e parlamentares devem começar a discutir propostas que envolvem a demarcação e desapropriação de terras no país.

A Frente Parlamentar Ambientalista, presidida pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), marcou uma reunião para a próxima quarta-feira (17). Na avaliação dos ambientalistas, os apoiadores da PEC 215 são motivados por “interesses pessoais e individuais contrariados”.

“A PEC é um retrocesso absoluto, ela acaba com qualquer possibilidade de política indigenista e de política ambiental. Tirar a prerrogativa do Poder Executivo de criar unidade de conservação e reservas indígenas e passar para o Congresso é a mesma coisa de dizer que não vai ter mais”, disse Sarney Filho. (Agência Brasil)



Comissão aprova relatório para amenizar conflitos com kaiowás

SÍTIO TERRA, 16.04.2013

A comissão externa criada no fim de outubro de 2012 para acompanhar de perto a situação dos cerca de 170 índios guaranis kaiowás da aldeia Pyelito Kue, em Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, aprovou nesta terça-feira, com poucas ressalvas, o relatório apresentado pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), autor da proposta de criação da comissão, que conta ainda com outros sete parlamentares. A aprovação do texto ocorreu durante encontro na Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, na Câmara dos Deputados, com a presença de mais de 300 índios que estão em Brasília participando do Abril Indígena.

Acampados às margens do rio Hovy, na Fazenda Cambará - cujo proprietário tenta obter na Justiça a reintegração de posse -, os índios chamaram a atenção, inclusive internacional, ao divulgarem uma carta equivocadamente interpretada como uma ameaça de suicídio coletivo, o que gerou uma onda de manifestações de apoio nas redes sociais.

A carta criticava a decisão da Justiça Federal em Naviraí (MS), que determinava que eles deixassem a fazenda. Posteriormente, a liminar foi revogada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que autorizou que o grupo permanecesse no local até a conclusão dos estudos antropológicos conduzidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para verificar se a área se enquadra como "território tradicional indígena".

A decisão da desembargadora Cecília Mello de atender ao pedido da Funai e do Ministério Público Federal (MPF), contudo, não pôs fim ao conflito e tanto os índios quanto os fazendeiros ainda aguardam uma solução definitiva e pacífica. O deputado Sarney Filho foi claro quanto ao posicionamento da comissão: "nossa posição é de que esta fazenda tem que ser desapropriada e entregue para os índios".

Garantias

Em seu relatório, a comissão da Câmara dos Deputados propõe algumas medidas emergenciais para que seja garantida a proteção à vida de toda a comunidade. Uma das propostas parlamentares é que as autoridades permitam o fim do "confinamento forçado da comunidade", já que, por decisão judicial, os índios podem permanecer no interior da fazenda, mas limitados a uma área diminuta, "sendo reprimidos por seguranças da propriedade quando ultrapassam esses limites", conforme aponta o relatório.

Ainda entre as medidas emergenciais, a comissão cobra que os índios tenham garantias de locomoção e de acesso aos serviços de saúde e à escola, além do fornecimento de comida pelo Estado. Também destaca a necessidade de atendimento psicológico como forma de evitar e reduzir o elevado número de suicídios, registrado entre os índios sul-mato-grossenses.

Erro do Estado

CONT.



Já entre as ações estruturais necessárias, o relatório cita a necessidade de que os fazendeiros instalados nas áreas reconhecidas pela Funai como "território tradicional indígena" sejam devidamente indenizados já que, na avaliação da comissão, "o Estado brasileiro cometeu um erro ao distribuir títulos de terra ou permitir a sua negociação, quando se tratavam de terras tradicionais dos povos indígenas" e que "muitos (produtores rurais) adquiriram essas terras de boa fé", estando, hoje, devidamente regularizadas.

O relatório também acatou a sugestão do MPF a respeito da necessidade de que mais servidores públicos sejam contratados pelos órgãos responsáveis por lidar com a questão, como a Funai, e de que mais recursos públicos sejam destinados à recuperação das terras já concedidas aos índios, mas que estejam desgastadas pelo uso agrícola intenso.

A própria comissão reconhece que as medidas, principalmente as de caráter emergencial, amenizam, mas não resolvem a situação dos índios sul-mato-grossenses, que foi classificada como "alarmante" pela subprocuradora-geral da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Gilda Pereira, em novembro do ano passado, quando ela visitou, além de Pyelito Kue, as aldeias Arroio Korá e Ypo'i, em Paranhos (MS), para averiguar as denúncias de violações aos direitos dos índios guaranis kaiowás

"Será necessário concluir o trabalho da Funai de levantamento das terras tradicionais dos indígenas da região e adotar as providências para que estas sejam demarcadas e homologadas para a ocupação pelos grupos indígenas. Para tanto, também se faz necessário indenizar de forma justa os proprietários dessas áreas, quando for o caso", diz o relatório produzido por Sarney Filho, que aponta o desgaste do solo e a derrubada da vegetação como empecilho ao uso tradicional das terras pelos indígenas. "Portanto, será imprescindível encontrar-se soluções viáveis para que esses grupos possam viver condignamente de seu próprio trabalho, sem deixar de lado sua cultura, religião, tradições etc. Este é o grande desafio. Caso contrário, eles continuarão totalmente dependentes do Poder Público, (dependentes) da distribuição de cestas básicas, por exemplo."



Comitiva de deputados federais visita Raposa Serra do Sol em Roraima

SÍTIO GLOBO.COM, 15.04.2013

*A proposta é mostrar a realidade da Reserva Indígena após quatro anos.
A comitiva é liderada pelo deputado federal Jerônimo Goergen (PP-RS).*

Uma comitiva de deputados federais membros da Comissão de Integração Nacional, do Desenvolvimento Regional e da Amazônia está em Roraima e segue nesta segunda-feira (15) à terra indígena Raposa Serra do Sol, para verificar in loco como está a região quatro anos após a retirada dos arrozeiros.

A comitiva é liderada pelo presidente da comissão, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). Ele explica que o objetivo da viagem é mostrar à opinião pública que a "demarcação foi um desastre e deveria servir de freio à onda de demarcações no restante do País".

Após visita, a comitiva se reunirá com representantes do Exército, da Fundação Nacional do Índio (Funai), dos indígenas e dos produtores rurais retirados da reserva indígena.

Indenizações

Conforme o deputado membro da Comissão, Raul Lima (PSD-RR), a maioria das 530 famílias retiradas da reserva Raposa Serra do Sol após a demarcação foi deixada sem assistência pelo governo federal. Os agricultores, de acordo com ele, não tiveram direito a indenização pelas terras, apenas pelas benfeitorias.

Ele informou ainda por meio da assessoria de comunicação que os valores das indenizações foram insuficientes para que os produtores recomeçassem a vida em outro lugar. Antes da demarcação, haviam no local 26 mil hectares de plantações de arroz irrigado. A produção era de 160 mil toneladas por ano.

"Com a desocupação, a produção acabou. Os índios plantam outras culturas, mas reclamam que não podem vender o excedente por falta de estradas. Muitos indígenas foram morar em favelas de Boa Vista, porque eram casados com não índios, que foram obrigados a deixar a reserva. A Raposa tem que ser um marco na história das demarcações, para que isso não se repita mais", diz o deputado.



Cantora indígena faz show nesta sexta-feira no Centro de Manaus

SÍTIO GLOBO.COM, 15.04.2013

*Djuena Ticuna fará apresentação pelo projeto 'Canção da Mata'.
Artista se destaca por cantar o Hino Brasileiro na língua Tikuna.*



A cantora indígena Djuena Ticuna será o destaque do projeto Canção da Mata na próxima sexta-feira (19). A apresentação da artista amazonense terá entrada gratuita e acontece a partir das 20h na unidade do Sesc no Centro de Manaus.

Nascida na comunidade Umariáçu II, no Alto Solimões, a cantora possui no repertório composições próprias, além de uma versão do Hino Brasileiro na língua Tikuna. A apresentação terá a participação de representantes do clãs que formam a etnia. O grupo já se apresentou em outros estados brasileiros como São Paulo, Mato Grosso, Maranhão e Distrito Federal.

Djuena já dividiu o palco com importantes nomes da cultura amazonense, entre eles, o poeta Celso Braga e o levantador de toadas do boi Caprichoso, David Assayag.

Em Dourados, 1.500 famílias indígenas vivem em barracos

SÍTIO O PROGRESSO-DOURADOS, 16.04.2013

A maioria sofre com moradia precária e agravos na saúde. Prefeitura, Condisi e Funai anunciam 440 novas casas



Famílias indígenas sofrem com a falta de moradia nas aldeias ; até 2012, o déficit habitacional era de 1.450 casas; hoje, a demanda cresceu e este número saltou para 1.500 (Foto : Hédio Fazan/OPROGRESSO)

A cidade de Dourados, que concentra a mais populosa reserva indígena do Brasil, tem déficit de 1,5 mil casas. A maioria das famílias vive em péssimas condições de moradia, sob barracos de lona. De acordo com relatório apresentado por entidades ligadas à questão indígena, até 2012, o déficit habitacional era de 1.450 casas, hoje este número subiu para 1,5 mil.

O documento leva em conta que são 2.900 famílias que habitam as aldeias. Nos últimos anos, segundo o relatório, 1.200 casas foram construídas através de projetos habitacionais. Outras 200 famílias ergueram moradias com recursos próprios, totalizando 1.400 na Reserva.

Em barracos de lona ou sapé, mães criam os filhos em condições precárias. O frio que se aproxima e a fome são os desafios da comunidade. De acordo com o presidente do Conselho

CONT.



Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza, o fator preocupante é que em situações precárias de moradia, a vulnerabilidade em relação à saúde de crianças e idosos aumenta nesta época de baixas temperaturas.

A indígena caiuí-terena, Luciana Aparecida Reginaldo, de 27 anos, sempre viveu em barracos de lona, desde criança até agora, depois que se casou e teve os dois filhos. Ela diz que os piores dias são os de chuva. "A água entra e inunda tudo. Molha comida e roupas", destaca.

Grávida de sete meses ela diz que a família sempre viveu dos "bicos" que o marido consegue como servente de pedreiro. "Dá para garantir o alimento diário, mas não o conforto que gostaria de oferecer às minhas crianças. Sem uma casa é tudo mais difícil. Passamos frio e para nos esquentar tenho que fazer fogo dentro de do barraco, muitas vezes arriscando a nossa vida com a fumaça", conta, observando que a família precisa de agasalhos e alimentos.

"O frio vem com chuvas e diminui o serviço de pedreiro do meu marido. Isto quer dizer que teremos menos dinheiro para comprar o básico", destaca. O indígena Anderson Ferreira Cabreira, de 20 anos, é vítima do confinamento. Conta que o pai se matou quando ele era criança, devido aos problemas de falta de estrutura na Reserva. A mãe dele, também vítima da miséria vivida pela comunidade, morreu há alguns anos. Ele hoje trabalha e busca uma forma de melhorar a vida. Diz que nunca conseguiu se cadastrar em programas sociais de habitação e que a casa de eternite e lona foi a única alternativa.

Novas Casas

De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Fernando de Souza, uma ação da entidade, juntamente com a Prefeitura de Dourados e Fundação Nacional do Índio (Funai), vai garantir 440 novas casas para a aldeia de Dourados. Destas, 200 são para a aldeia Bororó, 200 para a Jaguapiru e 40 para a do Panambi.

Segundo ele, durante todo o ano passado, foram elaborados projetos que contemplassem os requisitos para participar do Programa do Ministério das Cidades para as aldeias do Brasil. "Discutimos com a comunidade um modelo de casa que levasse conforto e ao mesmo tempo preservasse a cultura indígena. A Prefeitura, em conjunto com a Funai, enviaram toda a documentação a Brasília. O projeto foi aprovado e aguarda liberação dos recursos para o início das obras.

Na próxima semana estarei em Brasília para verificar o andamento dessa liberação. Acreditamos que ainda este ano os indígenas contemplados estarão de casa nova", destaca. Fernando diz que nesta primeira etapa serão contemplados indígenas com maior grau de vulnerabilidade, como mães solteiras, famílias sem nenhuma renda e que vivem apenas de programas sociais, idosos e deficientes físicos. Durante esta Semana do Indígena, o jornal vai enfocar temas relativos à estas comunidades.

Câmara encerra sessão após índios ocuparem plenário

SÍTIO GLOBO.COM, 16.04.2013

Índios protestavam contra a criação de uma comissão para analisar um projeto que muda as regras de demarcação de terras indígenas



Índios ocupam o plenário da Câmara em protesto contra projeto de lei que muda regras de demarcação de terras indígenas (Foto: Jorge William / Agência O Globo)

Centenas de índios ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados na tarde desta terça-feira (16), tomando as cadeiras dos parlamentares, em protesto pela criação de uma comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. Se aprovada, essa PEC dá ao Congresso Nacional poderes para demarcar terras indígenas, uma competência que hoje é exclusiva do Poder Executivo.

O deputado Simão Sessim (PP-RJ), que presidia os trabalhos, encerrou a sessão alegando que não havia condições de continuar. No início da noite, após negociações com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), os índios deixaram o plenário.

Os indígenas exigem que a PEC 215 seja tirada de pauta e a comissão criada para analisá-la seja extinta. Segundo as lideranças indígenas, o Congresso Nacional tem atualmente uma quantidade muito maior de parlamentares contrários a causa indígena, o que comprometeria o reconhecimento de terras que ainda não foram demarcadas.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), cerca de 700 indígenas, de 76 povos diferentes, participaram da ação.

Após 12 dias na UTI, bebê indígena submetido a ritual apresenta melhora

SÍTIO GLOBO.COM, 15.04.2013



Bebê indígena continua internado no Hospital da Criança (Foto: Reprodução TV Acre)

Depois de 12 dias internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital da Criança, em Rio Branco, o bebê indígena de 6 meses que foi hospitalizado após ter passado por um ritual de pajelança em uma aldeia no interior do estado, apresentou uma 'pequena melhora'.

Apesar disso, de acordo com a administração do Hospital da Criança, o estado do bebê ainda é grave e ele tem sido submetido à diálise.

O ritual foi realizado por índios de etnia Kulina na aldeia Piranga Velha, que fica no interior do município de Manoel Urbano, distante 216 km

De acordo com a gerente da unidade de saúde, Lorena Valença, os pais da criança não falam português e estão sendo acompanhados por uma intérprete e uma assistente social. Em entrevista à TV Acre no dia 9 de abril, eles explicaram que o ritual havia sido realizado pelo pajé da tribo, porque o bebê estava sentindo cólicas. Várias sucções teriam sido feitas no corpo da criança provocando hemorragia.

Funai acompanha o caso

A coordenadora regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Alto Purus, Evanízia Santos, diz que o órgão está acompanhando o caso e que mandou, na semana passada, uma equipe até Manoel Urbano para fazer um diagnóstico do caso. Todavia, ela disse que não poderia dar mais informações sobre o caso ou sobre o ritual.

"Estamos acompanhando e dando toda a atenção, mas não temos nenhuma posição oficial. É um caso bem atípico e a gente designou uma equipe para construir um diagnóstico. Quanto ao ritual, saber a gente sabe, mas não posso falar", explicou.